



Câmara dos Deputados
Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2016

(Do Sr. Adelmo Carneiro Leão)

Requer à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC/CD seja solicitado ao Tribunal de Contas da União, auditoria em todos os recursos públicos da União repassados para a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Estado de MG e para a Fundação Centro Internacional de Educação, Capacitação e Pesquisa Aplicada em Água – HidroEx, entre 2011 e 2014.

Senhor Presidente,

Nos termos dos artigos 117, caput e 24, inciso X do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o plenário desta Comissão, seja solicitado ao Tribunal de Contas da União – TCU, auditoria em todos os convênios, contratos ou demais modalidades de repasses de recursos públicos do orçamento da União para a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Estado de MG e para a Fundação Centro Internacional de Educação, Capacitação e Pesquisa Aplicada em Água – HidroEx, entre 2011 e 2014.

JUSTIFICATIVA

O ex-secretário de Ciência e Tecnologia do Governo de Minas Gerais e ex-deputado federal, Nércio Rodrigues, está preso a pedido do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, por suspeita de desvio de recursos públicos para a construção do Centro Internacional de Educação, Capacitação e Pesquisa Aplicada em Águas (HidroEx).

A matéria, transcrita a seguir, da Agência Estado, contextualiza o “estado da arte” - um termo do jargão de ciência e tecnologia - do processo de desvio de recursos públicos em questão.



<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,narcio-rodrigues-ex-presidente-do-psdb-mineiro-continua-presos,10000055245>

Nárcio Rodrigues, ex-presidente do PSDB mineiro, tem prisão prorrogada

A pedido do MPE, Justiça determinou que o tucano fique detido por mais cinco dias; investigação apura suspeita de desvio de recursos públicos para construção de obra pública no Triângulo Mineiro.

BELO HORIZONTE - O ex-presidente do PSDB de Minas Gerais, Nárcio Rodrigues, também ex-secretário de estado de Ciência e Tecnologia do governo de Antonio Augusto Anastasia (PSDB), teve a prisão prorrogada por mais cinco dias pela Justiça em Frutal, no Triângulo Mineiro, a pedido do Ministério Público Estadual (MPE). O tucano está na penitenciária Nelson Hungria, em Contagem, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, desde segunda-feira, 30, quando foi detido na operação Aequalis, deflagrada pelo MPE e as polícias militar e civil, que investiga suspeita de desvio de recursos públicos para construção do Centro Internacional de Educação, Capacitação e Pesquisa Aplicada em Águas (HidroEx), construído em Frutal, base eleitoral de Rodrigues, que também foi deputado federal.

Segundo informações do MPE, na sexta-feira 3, Odo Adão Filho, também investigado juntamente com o ex-secretário de Anastasia, e que estava foragido, se entregou à polícia. Odo operava com Rodrigues, conforme as investigações. O dinheiro desviado pode ter sido usado em campanhas políticas. A obra foi orçada em R\$ 300 milhões. As investigações do MPE tiveram início com levantamento de dados sobre a obra feita pela Controladoria Geral do Estado (CGE). O início das atividades do centro ocorreu durante o governo de Aécio Neves (PSDB) em Minas que, assim como Anastasia, é hoje senador. Anastasia é o relator do processo de impeachment da presidente afastada Dilma Rousseff (PT). O advogado de Rodrigues, Sânzio Nogueira, disse que, pelo processo contra o cliente correr em segredo de justiça, está impedido de falar sobre a ação.

As suspeitas são que R\$ 14 milhões teriam sido desviados da obra com superfaturamento de contratos e não entrega de equipamentos. Conforme informações da CGE, em um dos relatórios feitos sobre a construção do centro, “constatou-se a ocorrência de danos ao erário no valor de R\$ 4.998.136,00 em virtude de pagamento por equipamentos não entregues. A aquisição foi realizada pela Fundação de Apoio à Universidade Federal de São João Del Rei (FAUF), em procedimento não competitivo, não observando os parâmetros da Lei nº 8.666/93. As evidências apuradas não permitiram identificar a necessidade de aquisição dos equipamentos, nem como contribuiriam para as pesquisas a serem desenvolvidas”.



Câmara dos Deputados
Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

Em outro relatório, a CGE afirma que “não obstante a realização de procedimento licitatório, detectou-se, dentre outras constatações, dano ao erário no valor de R\$ 851.000,00 em virtude de sobrepreço na aquisição de áudio e vídeo-conferência”. Em nota divulgada na segunda-feira, o PSDB de Minas Gerais afirmou que não tinha detalhes da operação e que, havendo indícios de irregularidades, que fossem investigadas. Também na segunda-feira, Aécio Neves não se pronunciou sobre a prisão de Rodrigues. Já o senador Anastasia disse em nota que não tinha conhecimento dos fatos que levaram à operação, e que defendia que quaisquer denúncias fossem “devidamente apuradas pelos órgãos competentes e julgadas na forma da lei”.

Além de Nécio Rodrigues, também tiveram as prisões prorrogadas Neif Chala (ex-servidor da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Estado de Minas Gerais), Alexandre Pereira Horta (engenheiro do Departamento de Obras Públicas de Minas Gerais), Luciano Lourenço dos Reis (funcionário da CWP Engenharia Ltda), Maurílio Reis Bretas (sócio Administrador da CWP Engenharia Ltda) e do português Hugo Alexandre Timóteo Murcho (Diretor no Brasil da multinacional portuguesa Yser e da empresa Biotev Biotecnologia Vegetal Ltda), que mantinha contratos com o Hidroex.

Vale lembrar que a União, por intermédio de seu orçamento, empenhou, entre 2011 e 2014, mais de R\$ 8,6 milhões para a obra em questão da HidroEx, suspeita de desvio.

Por entender que o TCU deve auditar a aplicação dos recursos públicos, principalmente aqueles em que existem indícios de irregularidades graves, solicitamos aos nobres colegas que aprovem este requerimento.

Cabe a esta comissão primar pela boa utilização dos recursos públicos.

Sala das Comissões, em 7 de junho de 2016.

Deputado Adelmo Carneiro Leão

PT/MG



Câmara dos Deputados
Comissão de Fiscalização Financeira e Controle